

GOVERNO

Evangélico, servidor de carreira e fiel ao PT

Integrante da Igreja Batista, Messias tem longa experiência na administração federal

» LUANA PATRIOLINO

O advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF), tem uma sólida carreira na administração pública e um histórico de fidelidade ao PT, além de ser considerado um “evangélico progressista” — membro da Igreja Batista.

Jurista experiente, o pernambucano do Recife tem formação técnica e vivência na administração pública de alto nível. Antes de assumir a AGU, atuou como consultor jurídico no Senado e foi assessor jurídico da Presidência da República. Também passou pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação e foi procurador do Banco Central. É procurador da Fazenda Nacional desde 2007.

Graduado em direito pela Faculdade de Direito do Recife (UFPE), é doutor pela Universidade de Brasília (UnB). Ele defendeu a tese “O Centro de Governo e a AGU: estratégias de desenvolvimento do Brasil na sociedade de risco global”, na qual fala do período do Mensalão e da Lava-Jato. No trabalho, cita o “conservadorismo e autoritarismo do STF”, que teria atuado “de maneira partidarizada em detrimento de interesses do PT”. Também classifica o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como “golpe” e “dolorosa derrota” do petismo.

É pessoa da extrema confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, por ser evangélico, tornou-se uma aposta do petista para quebrar a resistência com esse grupo, com vistas às eleições de 2026.

Se aprovado na sabatina do Senado, Messias, 45 anos, pode permanecer no STF por até três décadas. Segundo o regimento interno da Corte, os ministros são obrigados a se aposentar ao completarem 75 anos.

O advogado constitucionalista Leonardo Moraes Pinheiro aponta que as novas escolhas do terceiro governo Lula têm se baseado na lealdade para evitar arrependimentos. Neste mandato, o chefe do Executivo escolheu para a Corte os

arquivo pessoal



Jorge Messias representou o governo em edições da Marcha para Jesus: ponte entre o presidente e evangélicos

ministros Cristiano Zanin, advogado dele na Lava-Jato, e Flávio Dino, seu ex-ministro da Justiça.

“Tudo indica que Lula mudou de foco nas indicações ao STF: antes era mais suscetível a pressões políticas de grupos de interesses. Hoje, ele foca muito mais em uma composição de conhecimento técnico, habilidade política, compromisso democrático e, logicamente, fidelidade a um campo político”, ressalta.

Para Pinheiro, Messias tem um perfil único. “Se fosse rotulá-lo, diria que seria um evangélico de esquerda, ou um social-democrata assumidamente religioso. Nesse aspecto, se parece com o ministro Flávio Dino. É nordestino, e não vem de família tradicional.”

O cientista político André César ressalta que o presidente está se cercando de pessoas de sua extrema confiança. “Lula se sentiu traído em alguns momentos.

Talvez, o ponto mais grave tenha sido quando ele estava preso na sede da Polícia Federal, em Curitiba, e o ministro Toffoli não autorizou que comparecesse ao velório do irmão, o Vavá”, diz.

O advogado Cláudio Pereira de Souza Neto avalia que, apesar da pressão para que o presidente escolhesse uma mulher, o AGU também representa uma parcela importante da população. “É nordestino e é evangélico. Então, também tem essa dimensão de representar uma parcela significativa da sociedade brasileira”, observa.

Desde a campanha de 2022, Lula tenta reduzir a distância para os evangélicos, majoritariamente ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro. À época do pleito, ele lançou a Carta Compromisso com os Evangélicos, prometendo respeito à liberdade religiosa e posicionando-se contra o aborto.

» “Bessias” e o termo de posse

Jorge Messias ficou conhecido no país em 2016, quando o nome dele foi citado em uma conversa entre a então presidente Dilma Rousseff e, na ocasião, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, investigado pela Operação Lava-Jato. No áudio, Dilma dizia a Lula que estava enviando, por meio de “Bessias”, um termo de posse como ministro da Casa Civil para o ex-presidente usar em “caso de necessidade”. À época, o ministro Gilmar Mendes, do STF, entendeu que a nomeação de Lula poderia ser uma tentativa de blindá-lo de um pedido de prisão e proibiu a posse.

Temas sensíveis

Veja como se posicionou a AGU, sob o comando de Messias, em assuntos que estão em debate no STF

Responsabilização das big techs

» Em junho deste ano, o STF julgou parcialmente inconstitucional o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que estabelecia que as plataformas digitais só poderiam ser responsabilizadas após descumprirem ordem judicial de remoção. Messias atuou no caso e fez sustentação oral em defesa da derrubada total do artigo, posição esta ainda mais radical do que a decidida pelo STF, que invalidou apenas partes do texto.

Vínculo entre motoristas e plataformas

» Messias propôs a compatibilização de balizas mínimas de proteções aos trabalhadores em aplicativos de transporte e a autonomia das empresas em estabelecer o seu modelo de trabalho. O posicionamento reconheceu, portanto, que não há vínculo entre os motoristas e as plataformas, mas que seria preciso instituir “proteção jurídica e social” a esses trabalhadores.

Marco temporal

» O AGU não se posicionou oficialmente sobre

o marco temporal para demarcação das terras indígenas — tema que antagoniza o governo e setores do Congresso, por fixar a data de promulgação da Constituição como data-limite para reconhecimento de territórios pertencentes aos povos indígenas.

» Quando o STF retomou o julgamento do caso em setembro de 2023 para decidir que a tese é inconstitucional, a AGU e outras instituições já haviam realizado as suas sustentações orais. Porém, Messias apresentou recurso para esclarecer pontos da decisão. O chefe da AGU já afirmou, por exemplo, que o marco temporal é uma questão “inconciliável”, mas que a União reconhecia a possibilidade de negociar dispositivos dos aspectos patrimoniais.

Aborto e descriminalização da maconha

» Messias não apresentou posicionamento oficial nos processos envolvendo a descriminalização do aborto e do porte de maconha no país, mas defendeu formas de abordar as questões que

demonstram como ele pode se portar nesses temas no STF.

» Sobre aborto, o ministro foi contra a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibiu médicos de realizarem a assistolia fetal nos casos de aborto legal em mulheres que sofreram estupro e estão com gestação acima de 22 semanas. O ministro defendeu que a regulamentação do procedimento para realização do aborto nas situações permitidas por lei só pode ser feita pelo Congresso.

Letalidade policial e ADPF das Favelas

» Assim como no caso do aborto, Messias não firmou posição sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) das Favelas que tramita no STF e temas correlatos sobre letalidade policial e violações de direitos humanos em operações da Polícia nas periferias. O ministro assumirá a relatoria da ADPF, que está provisoriamente sob responsabilidade de Alexandre de Moraes.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Incêndio na Zona Azul foi o anticlímax de uma COP tropical pautada pela esperança

A COP30, em Belém, encerra-se sob um clima melancólico, simbolizado pelo incêndio no Pavilhão dos Países da Zona Azul, porém, deixa avanços que merecem ser registrados, mesmo em meio às dificuldades políticas, diplomáticas e climáticas. O incidente ocorreu na véspera do encerramento — rapidamente controlado e sem vítimas — tornou-se uma metáfora perfeita da conferência: um evento intenso e plural, com grande participação de ambientalistas, cientistas, povos originários e indígenas, no entanto, vulnerável às tensões e contradições que atravessam a agenda climática global.

A evacuação da Blue Zone, principal área de negociações, suspendeu trabalhos justamente quando se esperava uma definição sobre o chamado “Mapa do Caminho”, documento crucial para orientar a eliminação gradual dos combustíveis fósseis nas próximas décadas. Ainda que a ausência deliberada de uma delegação oficial do governo Trump e as resistências de China, Índia e Arábia Saudita tenham travado o processo, uma coalizão de 82 países, unindo Norte e Sul globais, manifestou-se a favor de uma referência concreta à transição energética — movimento que reposiciona o debate e pressiona os grandes emissores.

O resultado dessa articulação somente será conhecido hoje, quando sair a declaração final, assim mesmo se não houver um adiamento para amanhã, em razão da interrupção dos trabalhos ocorrida ontem. O Brasil, anfitrião da conferência, atuou em três direções. A primeira foi a insistência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Itamaraty na defesa do Mapa do Caminho, mesmo diante de divergências e receios diplomáticos. Cientistas liderados por Carlos Nobre entregaram ao presidente uma carta defendendo emissões zero até 2040, objetivo considerado factível para o Brasil. Lula acolheu a proposta e declarou que levará o tema ao G7 e ao G20, demonstrando compromisso político além de Belém.

A segunda direção foi o da Aliança pelo Fim dos Combustíveis Fósseis, que ganhou força com a presença articulada de países europeus, latino-americanos e africanos. O ministro britânico Ed Miliband destacou a noção brasileira de “mutirão” para expressar a convergência inédita entre diferentes blocos. A terceira direção e legado mais concreto foi o lançamento do TFFF, o fundo Tropical Forests Forever Facility, uma inovação que aplica lógica de investimento de mercado para financiar a preservação das florestas tropicais.

Com promessas de US\$ 6,6 bilhões, incluindo aportes de Alemanha, Noruega, França, Indonésia, Portugal e do próprio Brasil, o TFFF agradou organizações como WWF e Greenpeace pela capacidade de gerar recursos estáveis e remunerar países que mantêm suas florestas em pé. No entanto, não escapa de críticas. Movimentos sociais alertam para o risco de financeirização da natureza, para a fragilidade na proteção dos povos indígenas e para o fato de que 80% dos recursos irão para governos, e não diretamente para comunidades tradicionais.

Avanços e limites

A governança do mecanismo também não foi definida, ainda. O conceito, porém, é uma mudança relevante: considera a preservação em ativo econômico e reduz a dependência de doações ou da volatilidade política de países financiadores. As negociações da COP avançaram timidamente em outros temas essenciais. O documento preliminar, considerado insuficiente pelos cientistas, traz pela primeira vez uma menção ao fim dos combustíveis fósseis, referência que, embora frágil, há poucos anos seria impensável, devido aos países grandes produtores de petróleo.

A conferência consolidou o compromisso de ampliar o financiamento climático para US\$ 300 bilhões em 2035 e apresentou o primeiro esboço do mapa de ações para alcançar US\$ 1,3 trilhão, conforme exigido desde a COP29. Além disso, incorporou a discussão sobre a necessidade de emissões zero entre 2040 e 2045, reforçando a pressão científica por metas mais duras.

Os limites da COP30 são mais evidentes. A resistência dos grandes emissores manteve a transição energética como tema altamente politizado. A hesitação de países desenvolvidos em anunciar aportes adicionais para o TFFF revelou insegurança fiscal e disputas internas. O consenso, método do multilateralismo climático, mais uma vez permitiu que grupos de veto ameaçassem paralisar decisões cruciais. Nem mesmo dentro do governo brasileiro há unidade plena sobre a potência diplomática de apresentar ou não o Mapa do Caminho de forma explícita, diante do risco de reação contrária de países defensores dos fósseis.

O presidente Lula teve grande protagonismo nas negociações, porém a imagem do Brasil, sobretudo de Belém, sai arranhada internacionalmente devido aos problemas de infraestrutura, que foram criticados pela ONU e culminaram no incêndio. O episódio, a evacuação emergencial e a suspensão temporária das atividades reforçaram a percepção de improviso e fragilidade estrutural, que prejudicaram o funcionamento essencial da conferência, sobretudo o calor excessivo nos ambientes de negociação, devido à insuficiência da refrigeração do ar.

Apesar de tudo, a COP30 deixa legados. O evento recolocou a Amazônia no centro da discussão climática global, demonstrando que na floresta se decide o futuro do planeta. Reforçou a formação de um bloco robusto de países comprometidos com a eliminação dos combustíveis fósseis, coisa inédita no processo das COPs. Criou um instrumento financeiro com capacidade de transformar a lógica de financiamento florestal e reduzir a dependência de doações.

Só cinco rejeitados em 130 anos

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, precisará da aprovação da maioria absoluta do Senado, ou seja, de 41 votos favoráveis no plenário.

Apesar da pressão em torno de Messias e da necessidade de o governo batalhar por votos, já que o comando do Senado preferia Rodrigo Pacheco, se depender do histórico da Casa, o ministro da AGU pode ter confiança. Isso porque a última vez que os senadores rejeitaram uma indicação

do presidente da República para o Supremo foi há 129 anos, durante o governo de Floriano Peixoto.

Conhecido como “marechal de ferro”, Floriano é lembrado por reprimir com violência as revoltas Federalista, iniciada no Sul do País, e da Armada, no Rio. O tom bélico do então presidente não se limitava apenas às rebeliões que surgiam na República recém-proclamada, como também em sua relação com os demais Poderes.

Floriano atropelou a Constituição para assumir a Presidência, após a renúncia de Deodoro da

Fonseca, e ainda ameaçou prender os ministros do STF que concedessem habeas corpus para os seus desafetos políticos, que foram presos por ordem do marechal-presidente após publicarem um manifesto exigindo eleições.

Nesse contexto de tensão, Floriano se aproveitou de uma brecha na lei para indicar um médico, dois generais e o diretor dos Correios ao Supremo. Diferentemente das Constituições posteriores, a de 1891 não especificava que os ministros deveriam ter “notável saber jurídico”. À época, o texto constitucional limitava-se em

exigir somente “notável saber”.

A jogada de Floriano não colou, e as indicações foram barreadas no Senado. Os congressistas também rejeitaram as indicações de um subprocurador, totalizando cinco rejeições em apenas um ano.

O caso mais notável foi o do médico Cândido Barata Ribeiro, que foi reprovado enquanto atuava como ministro do STF. Àquela época, o escolhido podia assumir o cargo antes de o Senado votar a indicação. Após 10 meses no Supremo, Barata Ribeiro foi obrigado a deixar a Corte.